O ARCABOUÇO DA CRISE NO SISTEMA PENAL BRASILEIRO

*Reginaldo Rodrigues Ponte Júnior**
juniorponte@hotmail.com

*Jeine Lisana Paulino Loiola***
jeine_lisana@hotmail.com

*Diego Sousa Silva****
diegosousa013@hotmail.com.

Resumo: Este artigo propõe uma descrição analítica do funcionamento da justiça criminal brasileira e dos seus efeitos. Com a argumentação, fica evidente a diferença entre o plano idealizado pelo legislador e a realidade do Brasil. Demonstrando a atuação do Ministério Público e do Poder Judiciário, bem como a realidade dos centros de encarceramento, a desvirtuação de alguns agentes do estado, a seletividade do sistema e a impunidade. Portanto, são apresentadas algumas dificuldades encontradas para a aplicação da lei, revelando as principais chaves para compreensão da problemática, buscando criar no leitor uma visão panorâmica do sistema brasileiro que aparenta estar predestinado ao descumprimento.

Palavras-Chave: *Justiça penal. Segurança pública. Sistema penitenciário. Criminalidade.*

Abstract: This article proposes an analytical description of the criminal justice machinery Brazilian and his effects. With the argumentation, it is evident the difference between the idealized plan by the lawmaker and Brazil's reality. Demonstrating a performance of the Public Prosecutor and the Judiciary, as well the reality of the imprisonment centers, corruption some of the state agents, the system selectivity and impunity. So, are presented some the difficulties found in law's application, revealing the main keys to understand the problem, allowing create in the lector a brief overview of the Brazilian system that seems condemned to failure.

Keywords: *Justice criminal. Public security. Prison system. Criminality.*

* Acadêmico do 5º semestre do curso de Direito da *Faculdade Luciano Feijão* (FLF) e pesquisador do grupo de estudos "Crimes e Sistema de Justiça Criminal" (2010.2/2011.1) vinculado ao Núcleo de Pesquisa e Extensão (NPE) da mesma instituição.

** Acadêmica do 8º semestre do curso de Direito da *Faculdade Luciano Feijão* (FLF) e exerce a monitoria da disciplina de Responsabilidade Civil.

*** Acadêmico do 5º semestre do curso de Direito da *Faculdade Luciano Feijão* (FLF) e participante do grupo de estudos "Crimes e Sistema de Justiça Criminal" (2010.2/2011.1) do NPE da mesma instituição.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O artigo se propõe a uma breve análise crítica da atual situação do maquinário de justiça penal brasileiro, da evolução dos crimes e dos seus reflexos. São apresentadas algumas dificuldades encontradas pelo sistema penal para se tornar efetivamente o que se propôs a fazer, tal seja garantir a ordem e o bem-estar social. Não há incorreção em advertir que em algumas passagens os temas poderão englobar comentários de outras seções, visto serem assuntos ligados umbilicalmente.

Logo se justifica a importância do tema com a observação dos estudos internacionais que apontam o aumento desenfreado da criminalidade.¹ As técnicas de investigação consistiram na pesquisa de livros, artigos de revistas especializadas, material eletrônico na rede mundial de computadores em sites amplamente qualificados e na investigação em jornais. Serão abordados, ainda, alguns dados tendo em vista números confiáveis serem irrefutáveis e pelo auxílio na compreensão Objetiva-se, por fim, dar uma visão panorâmica e breve do sistema fático que parece estar fadado ao desrespeito.

REALIDADE BRASILEIRA E LATINO-AMERICANA: APANHADO GERAL

Desde 1970, sentimentos como medo e insegurança vêm sendo sentidos com maior frequência pela sociedade brasileira. Sentimentos ocasionados pelo aumento considerável das associações criminosas e, logo, dos seus atos, como indicam estatísticas oficiais tratadas adiante. Infelizmente, os organismos habilitados e responsáveis pela retenção da criminalidade, demonstram efeitos tímidos, o grande fruto é

¹ Aponta a proliferação criminal et al.: ADORNO, Sérgio. Sistema penitenciário no Brasil – problemas e desafios. *Revista USP*, mar./maio 1991, p. 65.

a descrença nas instituições responsáveis pela promoção da justiça. Mostrar-se-á: com base em relatório do **Latinobarômetro**² de 2005, prevalecia na consciência da população brasileira grande desconfiança de que o Estado conseguisse por em prática sua legislação. O mesmo estudo ainda adverte ao dado que somente 21% dos brasileiros confessaram respeitar leis.³

A tese que afirma o nexo entre pobreza e delinquência é atualmente negada. Todavia, não se pode deixar de perceber a perpetuação da concentração de riqueza de um lado e, no seu inverso, a vivência em condições sub-humanas dos bairros periféricos, que não tem prestação de serviços alguma. São nesses lugares, onde o Estado não se faz presente de forma efetiva, que o crime organizado se instala.⁴ Nos mesmos territórios, quando há algum segmento estatal presente, este é a polícia, na esmagadora maioria das vezes.

Falar-se-á do crime de homicídio, porquanto é um dos que mais causam terror frente à sociedade. Complete-se, no Brasil, até 2008, segundo relatório da Organização das Nações Unidas (ONU), a principal causa ceifadora de pessoas com idade entre 15 e 44 anos era o homicídio.⁵ Com todas as vérias pela insistência, obste-se que dados serão abordados tendo em vista seu caráter denunciador.

2 Latinobarômetro faz pesquisas de opinião pública em 18 países da América Latina, numa taxa em torno de 19 mil entrevistas anuais (representando cerca de 400 milhões de pessoas).

3 VIEIRA, Oscar Vilhena. A desigualdade e a subversão do Estado de Direito. *Revista SUR*, nº 6, ano 4, 2007, p. 42.

4 Logo na década de 1990, indicam os mapas da violência de capitais brasileiras, que as taxas de homicídios nas periferias eram flagrantemente maiores do que nas áreas compreendidas no centro urbanizado.

5 ALSTON, Philip. *Relatório do relator especial sobre execuções extrajudiciais, sumárias ou arbitrárias*. Organização das Nações Unidas. Tradução do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (USP). 2008. Disponível em: <www.nevusp.org/downloads/relatoriophilip.doc>. Acesso em: 07.04.2011.

No Brasil, em 2008, houve 50.113 homicídios, em outros termos, cerca de 140 pessoas por dia. Já a América Latina, no mesmo ano, era a líder mundial nas taxas de homicídio jovem e tinha seus dados quase quadruplicados se confrontados com os da América do Norte. Ademais, com muita, muita distância, dos números europeus, asiáticos e oceânicos. Em outros termos, se a taxa latino-americana era de 36,6, a europeia indicava 1,2, a oceânica, 1,6 e a asiática, 2,4. A título de fixação, atente-se: a probabilidade de morte de um jovem na América Latina era, em 2008, sendo esta a última data disponível, trinta vezes maior que a probabilidade europeia e cerca de setenta vezes maior que a de países como Inglaterra e Japão. A América do Sul supera os outros continentes também em homicídio não-jovem.⁶ Conclui-se ser a América Latina a região mais violenta do planeta.

Seria utópico idealizar uma convivência social sem infrações. Sabe-se disso. No entanto, necessário se faz a fixação de uma sociedade na qual a criminalidade esteja sob o poderio estatal, atualmente estagnado.

AS CARACTERÍSTICAS DA JUSTIÇA CRIMINAL E O CARÁTER MULTIFACETADO DO CRIME ORGANIZADO

O direito penal é apresentado pelo Estado como um mecanismo de proteção do indivíduo, ou seja, afirma-se como um maquinário garantidor de uma ordem social balizada nos direitos. Sua missão política seria a de combater o crime e garantir o agir de uma sociedade de acordo com a forma que ela escolheu para se

⁶ Para melhor análise das taxas de homicídios, recomenda-se: WAISELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da Violência: Os Jovens da América Latina – 2008*. Instituto Sangari, Ministério da Justiça, Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana (RITLA). 2008. Disponível em: < http://www.sangari.com/view_publicacoes.cfm?v=VLNFDE >. Acesso em: 20.05.2011.

organizar.⁷ Ao lado do direito penal, existem instituições criadas para lhe dar amparo funcional, estas são: a instituição policial, a judiciária e a penitenciária. Este mesmo grupo de estabelecimentos que realizam o direito penal compõe o sistema penal.⁸

Alerte-se que o direito penal não surge essencialmente punitivo, mas também delimitador do direito de punir do Estado, para que este não o abuse, respeitando as garantias e direitos fundamentais do indivíduo.

Na teoria, como elenca Nilo Batista⁹, suas características deveriam ser: igualitário, atingindo as pessoas em razão de suas condutas; justo, intervindo apenas nos limites da necessidade; e, comprometido com a proteção da dignidade humana. Porém as principais constatações ao analisar o direito penal é que em vez de igualitário, o sistema é seletivo, punindo algumas pessoas, integrantes de determinados grupos sociais, com pretexto de suas condutas; seu desempenho real mostra-se repressivo, tendo o mínimo de caráter preventivo, ou intimidador; e em vez de comprometido com a dignidade humana, é estigmatizante, degradando a figura social de quem passa por lá. Além disso, a condenação societária é prévia, gerando revolta e desejo de vingança. A “caça aos meliantes” torna-se melindrosa e ilegal e quando estes são achados, tornam-se alvos de todo tipo de ataque, como uma resposta ao medo e a insegurança que insulta a comunidade. Portanto, a construção de uma política de segurança pública que assegura os direitos humanos é - de modo comum - tachada como defesa de bandidos e acaba sendo bloqueada no populismo punitivo.

Em meados do século XVIII, inicia-se um protesto de filósofos, legisladores, juristas, e outros, à intolerância aos chamados suplícios, nos quais se revelavam a ti-

7 BATISTA, Nilo. *Introdução crítica ao direito penal brasileiro*. 11ª edição. Rio de Janeiro: Revan, 2007, p. 19.

8 BATISTA, Nilo. *op.cit.*, p. 25.

9 *op.cit.*, p. 26.

rania, a arbitrariedade e o excesso contra o condenado. Nas penas caracterizadas pelos suplícios uniam-se o poder ilimitado do soberano e a vingança ilegal advinda do povo. Os protestos advertiam que era preciso punir ao invés de se vingar.¹⁰ *Data vênia*, faça-se a crítica ao sistema penal atual que aparenta carregar a conduta sobredita. O Estado não pode constituir-se como um poderoso vingador, que detém a cólera da sociedade ameaçada e excede o exercício do legítimo poder através de penas cruéis e desproporcionais. Ao punir, o Estado deve respeitar o que ainda existe, mesmo no pior dos delinquentes, tal é a dignidade da pessoa humana. Afinal, o direito penal não almeja vingar-se, mas uma punição e, principalmente, possibilitar o reingresso do condenado à vida em sociedade, ou seja, que o ex-presidiário retorne com desígnios legalizados, em outras palavras, com interesses permitidos. Porém, o sistema criminal mostra, em suas raízes, injustiça, caráter repressivo, estigmatizante, degradante e cruel.

Outro pormenor é que o crime mudou quantitativa e qualitativamente, todavia o sistema de justiça permaneceu como fazia há cerca de três décadas atrás. Ou melhor, aumentou a cova entre o crescimento criminal e o poder estatal em controlá-la aplicando a lei. O crime organizado, a seu turno, tem bases transnacionais e forma empresarial, impõe-se e estabelece um elo entre as diferentes formas de criminalidade. Exemplo disso são os tráficos ilícitos de animais e de madeira que passaram a ser considerados importantes tendo em vista serem fontes extremamente lucrativas.

APARELHO POLICIAL E CORRUPÇÃO

É comum responsabilizar o aparelho policial pela

¹⁰ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir* – nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhete. 26ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2004, p. 63.

elevação ou diminuição das taxas de criminalidade. Se as taxas crescem, as pessoas reivindicam maior policiamento, agressividade e aparelhamento técnico, como se apenas fortalecendo a polícia resolver-se-iam todos os problemas. É um dos fatores, certamente, mas não o único.

Há de se criticar a investigação policial. Como mostra Sérgio Adorno¹¹, o desconhecimento do autor do crime é encontrado em grande parte dos fatos: são 93,3% dos crimes violentos e 94,93% dos crimes não violentos. Dado este sendo o mais grosseiro dos estudados e por isso aqui apresentado. Pesquisas indicam, ainda, como afirma Luiz Eduardo Soares¹², que os indivíduos não procuram auxílio da polícia quando necessitam, por três razões principais, tais sejam: medo de ser maltratado; medo de vingança do autor criminoso e de seus cúmplices; e, descrença na polícia. Como lembra Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo¹³, em 2009 foi publicado o relatório anual da Human Rights Watch, que condenou a violência policial como problema crônico brasileiro. Nessa violência incluem-se execuções e tortura. Como exemplo cite-se o ano de 2008, no qual a polícia cometera 757 mortes até o mês de junho.

Vale explicitar: as instituições de segurança pública tornaram-se, grosso modo, ao invés de solução, dona de um grande percentual da problemática.

11 ADORNO, Sérgio; PASINATO, Wânia. *Crime, violência e impunidade*. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/comciencia/?section=8&edicao=35&id=420&tipo=1>>. Acesso em: 16.05.2011.

12 SOARES, Luiz Eduardo. A Política nacional de segurança pública: histórico, dilemas e perspectivas. *Estudos Avançados*, São Paulo, Instituto de Estudos Avançados da USP, v.21, n.61, set./dez. 2007, p. 79.

13 AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de. Justiça Penal e Segurança Pública no Brasil: causas e consequências da demanda punitiva. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, ano 3, ed. 4, mar./abr. 2009, p. 101.

Além de tudo descrito, há ainda aqueles bandidos travestidos de policiais. Estes percebem que podem ganhar mais dinheiro explorando do povo algumas taxas. Fala-se das chamadas “milícias”, detentoras de lucro e poder. Poder-se-ia pensar que não passa de mais uma espécie de crime, infelizmente não o é. Isso porque tal problemática, dentre outras causalidades, se infiltra exageradamente nos poderes estatais, como afirmado linhas acima. Lembrar-se-á um dado alarmante: na Comissão Parlamentar de Inquérito das Milícias, no ano de 2008, da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, foram indiciados 226 políticos acusados de manter relações com esses grupos paramilitares. Além disso, em matéria publicada no dia 01 de junho de 2011, pelo jornal *O Estado de S. Paulo*¹⁴ baseada nos dados da Divisão de Homicídios (DH), 45% das mortes no Rio de Janeiro são cometidas por milicianos. Uma indagação: até onde se consegue combater uma criminalidade cancerígena, a qual se pode encontrar nas mais diversas áreas do corpo Estatal, tais como Legislativo, Executivo e, por que não, Judiciário? A corrupção do policial e do político, respectivamente, o protetor e o representante do cidadão, é fator que engessa o sistema, transformando o direito não no controlador da ordem social, mas sim, no mantenedor de uma ordem injusta e desigual. A alta corrupção incentiva o crime organizado, visto que consegue desvirtuar autoridades de todas as esferas do corpo estatal.

Como as milícias detêm de muito poder nas favelas, tornam-se alvos de benefícios políticos. O candidato, em busca de reeleição, faz acordo com policiais corruptos. Eleição vira negócio. Voto, mercadoria. E milícia, base eleitoral.

14 DANTAS, Pedro. Milícias respondem por quase metade dos homicídios no Rio. *Jornal O Estado de São Paulo*. 2011. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,milicias-respodem-por-quase-metade-dos-homicidios-no-rio,726422,0.htm>>. Acesso em: 01.06.2011.

Em suma, com muita frequência a polícia age em excesso, contraproducente e participa do crime organizado quando não está de farda. Nisto se constitui a maior explicação da ineficácia policial. Ademais, para dar a falsa sensação de eficácia do poder punitivo estatal e como resposta para a sociedade, muitas vezes as polícias preferem a segregação, o castigo, a eliminação do inimigo, visto que isto é socialmente legitimado.

A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DA MAGISTRATURA

Pensa-se ser oportuno o momento para uma análise do tema que tenta esclarecer sobre a atuação do Ministério Público e dos agentes da magistratura. Agentes estes considerados atores diretos na dissertação do sistema de justiça criminal de AZEVEDO.¹⁵

Com a Constituição da República de 1988, o Ministério Público tornou-se guardião do regime democrático, da ordem jurídica e dos direitos fundamentais do cidadão.¹⁶ Sabe-se que a legislação consagra o devido processo legal. Porém, em pesquisa no Rio Grande do Sul, promotores questionados a respeito de qual corrente política criminal se encaixavam, o resultado foi: cerca de 55% afirmaram a aplicação da “tolerância zero” e apenas 8% dos promotores afirmaram ser da corrente garantista, que defende que acusados devem ter todos direitos garantidos abstratamente pela lei a fim de buscar o real culpado. É comum a ideia de que promotor é o acusador, o que passa uma ideia de inquisição. O promotor é fiscal da lei, e como tal, deve primar para que todo o processo obedeça às normas.

¹⁵ AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de. *op.cit.*, p. 103-104.

¹⁶ A partir de então, passou o Ministério Público a ter o dever de defender com mais exatidão os direitos difusos e coletivos e a ajudar o Brasil a combater com mais eficiência a corrupção e as desigualdades que, embora ainda entranhadas na pátria, passaram a ser desafiadas com maior capacidade.

Aqueles promotores da “tolerância zero”, em prática, fazem jus ao título de promotores de justiça ou de promotores inculminais?

Passar-se-á para sucinta análise do corpo composto por juízes.

Segundo Luiz Werneck Vianna¹⁷, pesquisas afirmam que decisões são motivadas por uma série de variáveis, tais como: ideologia política, a formação e hierarquia social e profissional. Estatística bem interessante é a que indica um alargamento no uso das prisões provisórias de 2003 a 2007 - o número desses encarcerados cresceu cerca de 90%¹⁸. Mostrando que a presunção de inocência – grosso modo – perdeu força.

Aplica-se a lei com seletividade, seja por punir mais alguns setores desfavorecidos, seja por utilizar o poder discricionário, segundo opiniões políticas e ideológicas. O aparelhamento judiciário tem sido alvo de críticas tanto no que diz respeito à morosidade, à lentidão, à aplicação das leis com desvio de finalidade, interpretando-as segundo seus interesses. Foi felicíssimo, como de costume, Paulo Bonavides ao afirmar: “a prestação jurisdicional, acimada até agora de omissa, lenta, burocrática e tardia e [...] irmã gêmea da impunidade ou fautora indireta da corrupção dos governantes”.¹⁹

17 1997 *apud* AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de. *op.cit.*, p. 104.

18 Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) – Comissão de Monitoramento e Avaliação. *População carcerária brasileira (quinquênio 2003-2007) – evolução e prognósticos*. Disponível em: <www.mj.gov.br/depend>. Acesso em 01.04.2011.

19 BONAVIDES, Paulo. *Do país constitucional ao país neocolonial. A derrubada da Constituição e a recolonização pelo golpe de Estado institucional*. 3ª edição. São Paulo: Malheiros, 2004, p. 73.

A SELETIVIDADE DO SISTEMA CRIMINAL, A IMPUNIDADE E A SITUAÇÃO ATUAL DOS CENTROS DE ENCARCERAMENTO

O termo ressocialização é usado, erroneamente, para referir-se a reintegração dos apenados a vida em sociedade. De fato, o preso “ressocializa-se”, não aprendendo a “viver em sociedade”, mas aprendendo regras de conduta do grupo em que vai estar inserido, a prisão.

O sistema penal tem características como a tortura, o abuso de poder e a omissão de garantias constitucionais. Não há incorreção em recitar as características elencadas por Batista²⁰, já tratadas no artigo, que são: seletividade, repressividade e estigmatização.

Além de tudo descrito, têm-se ainda os poderosos privilegiados com a impunidade criminal frente aos delitos de “colarinho branco”. Alerta-se que não é unicamente no Brasil o costume de não aplicar a lei para ricos poderosos e aplicá-la ao máximo para classe social menos favorecida. Índícios indicam a América Latina como outra vítima desse problema.²¹ Menosprezo à lei, ousadia e certeza de não punibilidade, são sentimentos de classes mais ricas e que detém algum tipo de poder social. Todavia, como afirma Cesare Beccaria, penas não deveriam ser dimensionadas pela condição do réu, mas pelo dano público causado.²²

Pesquisas empíricas nos últimos cinquenta anos comprovam a falha do sistema privativo de liberdade

²⁰ *op. cit.*, p. 26.

²¹ O'DONNELL, G.; PINHEIRO, P. S.(Org.). *Democracia, violência e injustiça* – o não-Estado de Direito na América Latina. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p, 346.

²² BECCARIA, Cesare. *Dos delitos e das penas*. Tradução de Lucia Guidicini e Alessandro Berti Contessa. São Paulo: Martins Fontes, 1997, p. 83.

quanto aos seus objetivos.²³ Dentro das instituições os encarcerados são integrados às redes de criminalidade e saem das prisões, certamente, piores do que entram. Aliás, por verdade, o legislador pátrio já admitira o fruto criminógeno da pena.²⁴ Ademais, a função ressocializadora vai sendo esquecida e dando lugar a uma especialização em criminalidade e dando voz à reincidência que é uma das maiores problemáticas do Estado e, nos dizeres de Rogério Greco²⁵, é a prova do fracasso do Estado na tarefa assumida.

Do mesmo modo, outro problema grave é a impunidade, apresentar-se-ão os motivos. Mesmo com a inflação legislativa²⁶ e com o crescimento da quantidade de delitos, o número de inquéritos e processos penais não acompanharam tais índices, indicam as taxas. A título de exemplo: no município do Rio de Janeiro, em 1992, cerca de 90% de inquéritos instaurados por causa de homicídios, não chegaram a figurar como processos penais.²⁷ Em São Paulo, em 1991,

23 BATISTA, Nilo. *op.cit.*, p. 36.

24 Como se verifica no item 26 da Exposição de Motivos da Nova Parte Geral do Código Penal: “Uma política criminal orientada no sentido de proteger a sociedade terá de restringir a pena privativa da liberdade aos casos de reconhecida necessidade, *como meio eficaz de impedir a ação criminógena cada vez maior do cárcere*” (grifos dos autores).

25 GRECO, Rogério. *Curso de Direito Penal* – Parte Geral. Vol. I, 12ª edição. Rio de Janeiro: Impetus, 2010, p. 545.

26 Sabe-se que o direito penal tem como característica primordial a *ultima ratio*, mas passa a ser adotada, por vezes, como *prima ratio*, assumindo um papel claramente simbólico para apaziguar a opinião pública. Parece viver-se, pois, num contexto onde todo e qualquer problema deve recair para responsabilidade do direito penal. Uma vez que tal área é vista, por muitos, como instrumento de eliminação dos seres que agem de forma contrária àquela ditada pela legislação. Havendo conflito, o poder público tenta tranquilizar a população e passar a impressão de que está trabalhando, por fazer leis, prevendo crimes e cominando sanções. Ocorrendo o chamado surto legislativo.

27 ZALUAR, Alba. Democratização inacabada: fracasso da segurança pública. *Estudos Avançados*, São Paulo, Instituto de Estudos Avançados da USP, v.21, n.61, set./dez. 2007, p. 44.

aproximadamente 98% dos homicídios de crianças e adolescentes, permaneceram isentos de punibilidade. Atualizem-se os dados. No Rio Grande do Sul, que tem uma das melhores taxas de resolução dos crimes, segundo a Secretaria de Segurança Pública, em 2007 apenas 15% dos inquéritos iniciados chegaram à apreciação do Poder Judiciário.²⁸ No Rio de Janeiro e em São Paulo, de todos os homicídios tem-se atualmente uma taxa de 10% que são encaminhados a julgamento. Índice mais catastrófico o de Pernambuco que é de 3%, como indica o relatório da Organização das Nações Unidas (ONU).²⁹ Tornando-se, por consequência, absolutamente incontestável o índice de impunidade. Há, ainda, a multiplicidade de espécies recursais e sua utilização como meio de obtenção da falta de punição, mas tal preocupação não cabe a este artigo relatar.

Passa-se a análise dos centros de encarceramento. Segundo o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) a população carcerária brasileira cresceu 37% nos últimos anos.³⁰ Complete-se a informação com a exposição de dados atuais e de uma década atrás, para efeito de criar-se uma noção quanto à dimensão do crescimento populacional carcerário. Segundo dados do INFOPEN, o Brasil tinha, em 2000, 232.755 presos. Já em 2010 o total de presos era de 496.251. Este número alarmante de encarcerados, para 298.275 vagas,³¹

28 ETCHICHURY, Carlos. 1,7 milhão de crimes não investigados. *Jornal Zero Hora*, Rio Grande do Sul, 27.07.2008. Disponível em: <<http://www.clicrbs.com.br/anoticia/jsp/default.jsp?uf=1&local=1§ion=Geral&newsID=a2073794.htm>>. Acesso em: 01.06.2011.

29 ALSTON, Philip. *Relatório do relator especial sobre execuções extrajudiciais, sumárias ou arbitrárias*. Organização das Nações Unidas. Tradução do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo. 2008. Disponível em: <www.nevusp.org/downloads/relatoriophilip.doc>. Acesso em: 07.04.2011.

30 AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de. *Op. cit.*, p. 105.

31 INFOPEN. *Sistema Penitenciário no Brasil - Dados Consolidados*. 2010. Disponível em <<http://portal.mj.gov.br/data/Pag>>

mostra o grau de superlotação. Outro dado desesperador é do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que estimava, já em 2009, mais de 116 mil presos que deveriam ter saído das penitenciárias, pois cumpriram penas.³²

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Sistema Carcerário³³ verificou que a maioria dos estabelecimentos: não oferece condições mínimas de habitação; não tem água e, quanto há, é de baixa qualidade; muitos são desprovidos de sanitários dentro das celas; maioria das unidades é insalubre e têm esgoto aberto pelo pátio; restos de comida e lixo espalhados, ajudando na proliferação de roedores. Constatou, ainda, muitas denúncias a respeito da comida constantemente estragada e que teria entre seus elementos um *plus* composto de baratas e cabelos. A própria CPI, na ação parlamentar, caracterizou o sistema de prisional como “inferno carcerário vigente no país”. Afinal, o que se pode esperar do descrito cenário - que dá inveja a qualquer porcalhão - no quesito recuperar delinquentes?

Percebe-se a olhos vistos que as prisões atuais constituem o meio mais caro para deixar criminosos piores. Conclui-se, de olhos ao exposto, que os institutos que preveem regimes detentivos aos agentes como meio para socialização e reinserção à sociedade tem tido ilusórios frutos. E mais, as inovações trazidas pelas legislações modernas não demonstram atividade efetiva que possibilite a mudança característica desses estabelecimentos.

es/MJD574E9CEITEMIDC37B2AE94C6840068B1624D-28407509CPTBRNN.htm>, Acesso em 16.05.2011.

32 AGÊNCIA CNJ DE NOTÍCIAS. Número de detentos que deveriam estar soltos é alarmante, diz secretário-geral do CNJ. 2009. Disponível em: <<http://www.tjma.jus.br/site/principal/conteudo.php?conteudo=13836>>. Acesso em 05.06.2011.

33 BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. *Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Carcerário*. 2009. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/2701/cpi_sistema_carcerario.pdf?sequence=1>. Acesso em 13.05.2011.

DEMONIZAÇÃO DOS CONDENADOS

A demonização é um dos efeitos resultantes da atuação do sistema penitenciário.

Com acuidade, Oscar Vilhena Vieira sintetiza o processo de demonização:

Demonização, é o processo pelo qual a sociedade desconstrói a imagem humana de seus inimigos, que a partir desse momento não merecem ser incluídos sobre o domínio do Direito. Seguindo uma frase famosa de Graham Greene, eles se tornam parte de uma “classe torturável”. Qualquer esforço para eliminar ou causar danos aos demonizados é socialmente legitimado e juridicamente imune.³⁴

Dá-se margem a discussão acerca dos direitos humanos. Enquanto, para alguns é defender criminoso, para outros não pode se admitir que o representante estatal seja tão violento quanto os que a sociedade considera merecerem estar presos. Advirta-se que a escolha constitucional brasileira é que no combate ao crime o Estado não pode ser criminoso.

Mas a sociedade em geral, insista-se, aprova as agressões aos criminosos, defendendo a ideia de vingança, punição.³⁵ O criminoso é sempre o outro, o inimigo, que não está protegido pela lei, devendo ser submetido à violência e ao arbítrio estatal. Corrente de pensamento similar é a do Direito Penal do Inimigo,³⁶ na

34 VIEIRA, Oscar Vilhena. *op.cit.*, p. 44.

35 Caráter já presente nas palavras de Garcia (1973, *apud* GRECO, *op.cit.*, p. 639), acerca do Código Penal brasileiro: “tem-se dito que a pena continua a ser um castigo, ainda que, cada vez mais, se pretenda expungir-la do caráter retributivo e expiatório. [...] no consenso geral, a eiva de paga do mal pelo mal”.

36 Sobre o assunto, verifique-se: JAKOBS, Günther. *Direito Penal do Inimigo*. Organização e introdução de Luiz Moreira e Eugênio Pacelli de Oliveira. Tradução de Gercélia Batista de Oliveira Mendes. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2008.

qual os delinquentes seriam adversários da soberania estabelecida e da sociedade liberalmente constituída. O criminoso desvincula-se do contrato social através da sua conduta desvirtuada, retornando ao estado natural e não merece mais ser tratado como sujeito de direitos. Alguns extremistas advogam a ideia de implantar a pena de morte,³⁷ denominada de “semente da paz eterna”. Tal premissa, vale lembrar, é impossível tendo em vista que a Carta Magna brasileira considera a proibição como cláusula pétrea, permitindo seu uso exclusivo em casos de guerra declarada. Ademais, como Uadi Lammêgo Bulos³⁸ adverte não se justificar esse tipo de pena, pois: existe a possibilidade de erro; indica-se, por comprovação estatística, que não diminui a criminalidade; e, por vista do princípio humanitário defendido constitucionalmente na atualidade.

Relate-se que é preciso escolher penas com determinadas proporções que causem influência essencial e permanente na mente e a que menos ataque o corpo do agente.³⁹

PONDERAÇÕES FINAIS

A corrupção no corpo institucional, a ineficácia e a seletividade do sistema de justiça, o desrespeito para com a lei, além do sistema educacional falido e da falta de empregos, dentre outras variáveis influentes, tornaram o Brasil num catastrófico foco de crescimento da marginalização. É uma fotografia histórico-social brasileira. Existe, ainda, a parcela de polícia com más

37 Acerca da pena de morte, aos simpatizantes recomenda-se: MITTERMAIER, Karl Josef Anton. *A pena de morte: os trabalhos da ciência, os progressos da legislação e os resultados da experiência*. Tradução de Amilcare Carletti. São Paulo: Livraria e Editora Universitária de Direito, 2004.

38 BULOS, Uadi Lammêgo. *Curso de direito constitucional*. 6ª edição. Revista e atualizada. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 537.

39 BECCARIA, Cesare. *op.cit.*, p. 62.

intenções, de imprensa sensacionalista e manipuladora, de políticos corruptos e desmesurados por poder, dinheiro e fama. Vivencia-se uma crise institucional generalizada do sistema de justiça criminal, suas instituições estão fadadas a falência e ao descontrole.

A sociedade tem a cruel tendência pensar que os delinquentes devem estar sujeitos ao arbítrio estatal por delinquentes serem. Aparenta até que o sistema penal tornou-se mero instrumento de liquidação e o Estado parece ter asco dos criminosos. O interesse coletivo não deve consistir em simplesmente punir, mas ajudar o indivíduo a retornar à sociedade. Porque ele vai retornar, isso é certo. De que forma isso se dará depende do tipo de tratamento que a sociedade lhe submeter. Insista-se na reformulação prisional, pois hoje, por verdade, o sistema prisional é, em regra, anacrônico, reprodutor e alimentador da criminalidade.

Sem sombra de dúvida alguma é incontestável que é mais lúcido prevenir do que punir delitos. Mas quando for precisa a punição, que esta tenha característica de infalível. Assim, para que uma sociedade tenha reduções estáveis de criminalidade é necessária também a aplicação infalível da pena. Beccaria⁴⁰, no século XVIII - repare-se a antiguidade da ideia e sua conseqüente sucessão temporal, tendo em vista o pleno encaixe nos ditames atuais – já alertava que um dos maiores freios dos delitos não é a barbaridade das penas, mas sua infalibilidade, isto é, a certeza de um castigo, mesmo moderado, sempre marcará de forma mais intensa que o temor de outro mais severo, consorciado à esperança de impunidade.

A mobilização pelos direitos humanos, respeito ao trâmite legal para proteger os fracos e demonizados, perdoe-se a insistência, não deve ser encarada como “passar a mão em cabeça de bandido”, mas com um

40 BECCARIA *op.cit.*, passim.

esforço de construir uma sociedade na qual os fatos são devidamente apurados, buscando punir os verdadeiros agentes delituosos e reintegrá-los na comunidade. Insista-se, o Estado de Direito não pode ser vingativo, abusar do poder. Além disso, os constituintes elegeram, no artigo 1º da Carta Magna, a dignidade da pessoa humana como um dos fundamentos do Estado brasileiro e no artigo 5º, os direitos individuais. Outrossim, a moderna ideia de constitucionalismo, a seu turno, não se coaduna à premissa do abuso, ao passo que tal constitucionalismo surge limitando o agir estatal, tendo em vista a histórica tendência ao excesso. De fato, por fim, tal dignidade é muitas vezes esquecida.

Ademais, não há algo único, a ser aplicado como uma fórmula geral para contenção das taxas de criminalidade. Há, sim, diversos estudos que explicam as motivações de prática do crime, entretanto tal sistematização não cabe a este artigo desenvolver.⁴¹

Outrossim, não há incorreção em afirmar que é necessária uma reformulação em todo corpo estatal, que está moralmente contaminado há décadas. Como já afirmou Bonavides:

*Os que formulam propostas de reforma do judiciário, com o intuito de fazer mais eficaz a prestação jurisdicional [...] nem sempre percebem que os meios de mudanças estarão invariavelmente fadados ao malogro, se o tratamento das mazelas judiciais não se fizer acompanhar de uma transformação no comportamento do Executivo e do Legislativo, donde promanam vícios que contaminam o ser social e o ente público.*⁴²

41 Sobre tais delineamentos, confira-se: CERQUEIRA, Daniel; LOBÃO, Waldir. Determinantes da criminalidade: arcabouços teóricos e resultados empíricos. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: IUPERJ. Vol. 47, nº2, 2004, p. 233 a 269.

42 BONAVIDES, Paulo. *op.cit.*, p. 73.

O *Estado de São Paulo* apresentou uma redução considerável na taxa de homicídios desde o começo do século. No ápice, em 2008, a taxa era 67% menor que a de 2000. Isto despertou debate a descobrir qual fator gerou aquele fruto. Uns afirmam ser o crescimento do contingente carcerário paulistano, outros alegam que a polícia está melhor preparada, outros ainda apontam o Estatuto do Desarmamento, a redução da população jovem e até mesmo o surgimento do PCC, fator este que estabilizaria o mercado ilegal. O debate se mantém dividido entre os defensores do endurecimento penal e aqueles que entendem advogam a favor das políticas preventivas e respeito às garantias constitucionais.⁴³ De toda maneira, os frutos criminógenos do encarceramento massivo e as condições das penitenciárias nacionais alertam para a necessidade de criar outros meios de redução da criminalidade, alguns especialistas apontam a necessária revolução nas instituições de justiça e segurança como meio, já outros mostram alternativas de inclusão e emancipação social.

A tão necessária reformulação do Estado caminha a passos curtos. Responsabilização, punição devida presente em todas as camadas populares, transparência e prevenção são as chaves mãe para mudança desse quadro nacional, dentre outras adjacentes. Nota-se, apesar de se encontrar algumas interrupções nessa trilha, que esse processo está em andamento e que carrega consigo as chaves supracitadas.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio; SALLA, F. A. "Criminalidade organizada nas prisões e os ataques do PCC". In: *Estudos Avançados*, São Paulo, Instituto de Estudos Avançados da USP, v. 61, 2007.

ADORNO, Sérgio; PASINATO, Wânia. *Crime, violência e impunidade*. Disponível em <<http://www.comciencia.br/comciencia/?section=8&edicao=35&id=420&tipo=1>>. Acesso em 16 maio 2011.

43 AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de. *op.cit.*, p. 108.

ADORNO, Sérgio. “Sistema penitenciário no Brasil – problemas e desafios”. In: *Revista USP*, mar./maio 1991, pp. 65-78.

AGÊNCIA CNJ DE NOTÍCIAS. Número de detentos que deveriam estar soltos é alarmante, diz secretário-geral do CNJ. 2009. Disponível em <<http://www.tjma.jus.br/site/principal/conteudo.php?conteudo=13836>>. Acesso em 05 junho 2011.

ALSTON, Philip. *Relatório do relator especial sobre execuções extrajudiciais, sumárias ou arbitrárias*. Organização das Nações Unidas. Trad. do Núcleo de Estudos da Violência da USP. 2008. Disponível em <www.nevusp.org/downloads/relatoriophilip.doc>. Acesso em 07 Abril 2011.

AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de. “Justiça Penal e Segurança Pública no Brasil: causas e consequências da demanda punitiva”. *Revista Brasileira de Segurança Pública*. Ano 3. Ed. 4, mar/abr 2009.

BATISTA, Nilo. *Introdução crítica ao direito penal brasileiro*. 11ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

BECCARIA, Cesare. *Dos delitos e das penas*. Trad. de Lucia Guidicini e Alessandro Berti Contessa. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. *Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Carcerário*. Disponível em <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/2701/cpi_sistema_carcerario.pdf?sequence=1>. Acesso em 13 maio 2011.

BONAVIDES, Paulo. *Do país constitucional ao país neocolonial*. A derrubada da Constituição e a recolonização pelo golpe de Estado institucional. 3ª ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

BULOS, Uadi Lammêgo. *Curso de direito constitucional*. 6ª ed. Revista e atualizada. São Paulo: Saraiva, 2011.

CERQUEIRA, Daniel; LOBÃO, Waldir. “Determinantes da criminalidade: arcabouços teóricos e resultados empíricos”. In: *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro: IUPERJ. Vol. 47, n°2, 2004.

DANTAS, Pedro. Milícias respondem por quase metade dos homicídios no Rio. *Jornal O Estado De São Paulo*. 2011. Disponível em <<http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,milicias-respodem-por-quase-metade-dos-homicidios-no-rio,726422,0.htm>>. Acesso em 01 junho 2011.

Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) – Comissão de Monitoramento e Avaliação. *População carcerária brasileira (quinquênio 2003-2007) – evolução e prognósticos*. Disponível em <www.mj.gov.br/depem>. Acesso em 01 abril 2011.

ETCHICHURY, Carlos. “1,7 milhão de crimes não investigados”. *Jornal Zero Hora*, Rio Grande do Sul, 27.07.2008. Disponível em <<http://www.clicrbs.com.br/anoticia/jsp/default.jsp?uf=1&local=1§ion=Geral&newsID=a2073794.htm>>. Acesso em 01 junho 2011.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir – nascimento da prisão*. Trad. de Raquel Ramalhete. 26ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

GARCIA, Basileu. “Instruções de direito penal”, 1973, v. I, t. II. In: GRECO, Rogério. *Curso de Direito Penal - Parte Geral*. Vol. I, 12ª ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2010.

GRECO, Rogério. *Curso de Direito Penal – Parte Geral*. Vol. I. 12ª edição. Rio de Janeiro: Impetus, 2010.

INFOPEN. *Sistema Penitenciário no Brasil - Dados Consolidados 2010*. Disponível em <<http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJD574E9CEITEMIDC37B2AE94C6840068B1624D-28407509CPTBRNN.htm>>. Acesso em 16 maio 2011.

JAKOBS, Günther. *Direito Penal do Inimigo*. Org. e introdução de Luiz Moreira e Eugênio P. de O. Tradução de Gercélia Batista de O. M.. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2008.

MITTERMAIER, Karl Josef Anton. *A pena de morte: os trabalhos da ciência, os progressos da legislação e os resultados da experiência*. Trad. de Amilcare Carletti. São Paulo: Livraria e Editora Universitária de Direito, 2004.

O'DONNELL, G.; PINHEIRO, P. S.(Org.). *Democracia, violência e injustiça – o não-Estado de Direito na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SOARES, Luiz Eduardo. A Política nacional de segurança pública: histórico, dilemas e perspectivas. *Estudos Avançados*. São Paulo, Instituto de Estudos Avançados da USP, v.21, n.61, set./dez. 2007.

VIANNA, L. W. “Corpo e alma da magistratura brasileira, 1997”. In: AZEVEDO, R. G. de. *Justiça Penal e Segurança Pública no Brasil: causas e consequências da demanda punitiva*. *Revista Brasileira de Segurança Pública*. Ano 3. Edição 4, mar/ abr 2009.

VIEIRA, Oscar Vilhena. “A desigualdade e a subversão do Estado de Direito”. *Revista SUR*, nº 6, ano 4, 2007.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da Violência: Os Jovens da América Latina – 2008*. Instituto Sangari, Ministério da Justiça, Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana (RITLA). 2008. Disponível em < <http://www.sangari>.

com/view_publicacoes .cfm?v=VLNFDE >. Acesso em 20 maio 2011.

ZALUAR, Alba. “Democratização inacabada: fracasso da segurança pública”. *Estudos Avançados*, São Paulo, Instituto de Estudos Avançados da USP, v.21, n.61, set/dez 2007.